



O caso do dossiê em Carta Capital: quando a mídia fala dela mesma¹

Mateus SCHMIDT²

Caroline CASALI³

Centro de Educação Superior Norte – RS (CESNORS/UFSM)
Frederico Westphalen, RS

RESUMO

Os meios de comunicação e a política mantêm, em nossa organização social, uma interdependência constante: a mídia depende da política – assim como de qualquer outro campo social – porque não possui discurso próprio; e a política depende dos meios de comunicação para fazer-conhecer seus candidatos, intentos e atuações. Este artigo analisa esta inter-relação entre política e meios de comunicação, tratando especificamente da maneira como a mídia analisa seu próprio fazer-política. Para isso, investiga-se, aqui, o tratamento discursivo da revista Carta Capital sobre a maneira como a mídia brasileira – e mais especificamente a Rede Globo de Televisão - apresentou o caso da compra do dossiê, no período pré-eleitoral de 2006.

PALAVRAS-CHAVE: tratamento discursivo; política; revista.

INTRODUÇÃO

Diante de uma juventude politicamente prostrada, parece lógico que o controle exercido pelos meios de comunicação sobre os eleitores surta efeito quase que semelhante ao da *teoria hipodérmica*⁴. Wolf (1987) afirma que, na *teoria hipodérmica*, cada indivíduo é diretamente atingido pela mensagem veiculada pelos meios de comunicação de massa, ou seja, existe uma concepção de onipotência dos meios, em seus efeitos diretos sobre uma massa passiva.

A característica de deixar-se influenciar pelos meios de comunicação em nossa sociedade - que outrora lutava pela abertura política e pelo impeachment de Collor – remete a um certo desinteresse político que lembra o isolamento e a alienação dessa sociedade vista como massa, na qual “o enfraquecimento dos laços tradicionais (de

¹ Trabalho apresentado no GT – Jornalismo e Editoração, do Iniciacom, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Acadêmico do 4º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo do Centro de Educação Superior Norte – RS, CESNORS/UFSM. Endereço eletrônico: mateuschmidt@hotmail.com

³ Professora Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação do CESNORS/UFSM. Jornalista formada pela UFMS e Mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS. Endereço eletrônico: carolcasali@smai.ufsm.br.

⁴ Teoria que predominou na década de 1930 e que tem como um de seus principais idealizadores o sociólogo Lasswell. Segundo a teoria hipodérmica, os meios de comunicação de massa influenciariam diretamente, através da propaganda (estímulo), as ações (resposta) do público de massa (WOLF, 1987).



família, comunidade, associações de ofícios, religião, etc.) contribui, por seu lado, [...] para preparar as condições que conduzem ao isolamento e à alienação das massas” (WOLF, 1987, p. 19). É claro que o pensamento hipodérmico já foi em muito superado quando se trata de meios de comunicação de massa. Afinal, estudos de recepção, e mesmo as pesquisas de audiência empreendidas ainda na metade do século XX por Lazarsfeld⁵, demonstraram que cada indivíduo recebe a mensagem dos meios de acordo com sua experiência de vida. Logo, é diferentemente atingido pela mensagem dos meios. Em contrapartida, em se tratando de uma sociedade com pouca – ou nenhuma – educação política, é possível imaginar que o discurso dos meios de comunicação de massa consiga operar mudanças no contexto eleitoral.

Para Casali (2003, p. 07), “as ações políticas tornaram-se movimentos e disposições no jogo político pela construção, controle e imposição de imagens...”, fica claro, portanto, que o fazer midiático e a política se relacionam constantemente, de tal modo que é construída uma dependência entre as instituições política e midiática. A mídia, hoje, pauta a política e é pautada por ela, relação que gera conflitos entre os interesses dos políticos, das empresas midiáticas e da sociedade brasileira.

No dia 29 de setembro de 2006, ou seja, dois dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil, vem a público, através do programa *Jornal Nacional*⁶, a polêmica da compra do dossiê que incriminaria membros do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) por dois membros do Partido dos Trabalhadores (PT), Valdebran Padilha e Gedimar Passos, que então foram presos pela Polícia Federal. Os dois petistas foram encontrados, segundo dados da própria Polícia, com cerca de R\$ 1,7 milhão em notas de reais e dólares, dinheiro este que teria sido adquirido por meio de métodos ilegais.

De acordo com a reportagem do *Jornal Nacional*, os dois petistas tentavam comprar, na sexta-feira, 15 de setembro de 2006, um dossiê com informações para incriminar os candidatos do PSDB, José Serra e Geraldo Alckmin. Este artigo investiga o tratamento discursivo da revista *Carta Capital* sobre a maneira como a mídia brasileira – em especial a Rede Globo de Televisão – abordou a prisão dos dois petistas e a suposta compra do dossiê. Busca-se, aqui, analisar de que forma a mídia analisa a

⁵ Paul Lazarsfeld escreveu obras que o notabilizaram como grande investigador do estudo da comunicação e das audiências, das quais se destacam "The People's Choice" (1944), "Radio Listening in America" (1948), e "Voting" (1954).

⁶ Telejornal veiculado de segunda a sábado, às 20 horas, pela Rede Globo de Televisão; considerado o principal telejornal brasileiro.



construção do cenário político por ela mesma, evocando, de certa forma, a mesma parcialidade que critica.

O DISCURSO DE CARTA CAPITAL: A MÍDIA FALANDO DELA MESMA

A revista Carta Capital foi fundada em 1999, pela Editora Confiança e é veiculada semanalmente. Na edição de número 415, que circulou em 16 de outubro de 2006, a revista Carta Capital publicou uma reportagem intitulada *Os fatos ocultos*, em que criticou a construção discursiva do Jornal Nacional sobre a compra do dossiê.

Os propósitos da reportagem são exibidos logo no lide da matéria, onde a revista deixa claro seu objetivo de comprovar de que forma a mídia brasileira contribuiu na construção de um cenário político responsável pelo segundo turno das eleições: “*A mídia, em especial a Globo, omitiu informações cruciais na divulgação do dossiê e contribuiu para levar a disputa ao 2º turno*”. Nessa frase, a revista acusa a mídia, em especial a Rede Globo de Televisão, de ter omitido informações e declara que essa omissão foi também responsável pela ocorrência do segundo turno nas eleições presidenciais, o que poderia repercutir na não-reeleição do candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva, que vinha liderando as pesquisas com vantagem suficiente para eleger-se no primeiro turno.

A revista evoca também, de certa forma revelando algumas possibilidades de produção midiática de sentidos, a manipulação na divulgação sobre o dinheiro encontrado com os petistas: “*A Folha publicou, com grande destaque na primeira página, a foto na qual o dinheiro está empilhado de forma que as notas apareçam com a frente voltada para o leitor e que foi feita de baixo para cima, que é a que mais dá a impressão da ‘montanha de dinheiro’ [...]. E não divulgou que as fotos lhe tinham sido passadas por um policial visivelmente empenhado em fazer com que elas tivessem um uso político claro, de interferir no pleito de 1º. De outubro*”. Por meio destes enunciados, a reportagem de Carta Capital relata que o jornal Folha de São Paulo⁷ prejudicou o candidato do PT, pela forma como expôs as fotos do dinheiro encontrado com os petistas. Outro ponto citado pela revista é que a Folha de São Paulo não teria divulgado suas fontes. Contudo, a revista deixa de citar que a utilização de fontes ocultas é garantida aos meios de comunicação no Brasil, portanto não há necessidade de

⁷ Jornal diário, de circulação nacional, editado na cidade de São Paulo.



se publicar o nome das fontes, muito menos seu interesse político ao divulgarem dados e informações, contanto que a veracidade da informação seja assegurada, pois o sigilo também serve para a segurança destas fontes. De acordo com o artigo 5º, do capítulo II do Código de Ética do Jornalista Brasileiro, “*é direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte*” (FENAJ, 2007).

Através destas primeiras análises, já se pode perceber que a revista critica a parcialidade midiática e se utiliza desta mesma parcialidade para comprovar sua hipótese de construção de um cenário político negativo a Lula pela mídia brasileira. Essa crítica então, caracteriza-se como um paradoxo: critica-se um determinado discurso utilizando-se das mesmas estratégias discursivas que são criticadas.

É importante ressaltar que a construção de um cenário político que leve às eleições ao segundo turno passa também pelo alcance de audiência que cada mídia possui. Enquanto a Internet e os jornais impressos têm público mais específico e bem preciso, a televisão aberta no Brasil é mídia de grande audiência, com público em todo o país. Dessa forma, o que é noticiado na TV tem abrangência muito maior que as notícias de Internet ou que circulam na mídia impressa e, assim, a seleção de acontecimentos a serem noticiados na televisão pode interferir mais diretamente nas decisões políticas dos cidadãos.

Cabe lembrar ainda que, de acordo com Peruzzolo (1997), “*existem três tipos distintos de receptores da ação política: os adeptos a um partido, os opositores a esse partido e os indiferentes ou indecisos.*” É justamente frente a esses eleitores indecisos que o discurso parcial da televisão aberta pode exercer influências. Não se trata aqui, portanto, de negar a importância do silêncio da Rede Globo sobre o acidente aéreo da Gol⁸ e do destaque dado ao caso do dossiê no contexto das eleições à presidência, mas sim de avaliar de que forma a revista Carta Capital se utiliza do mesmo viés discursivo que critica para defender seus argumentos. Afinal, de acordo com Miotto (1991), ao selecionar, redigir e/ou editar uma notícia, os jornalistas realizam um conjunto de ações marcadamente subjetivas e, portanto, tornam a objetividade jornalística impossível de ser alcançada. Trata-se aqui de investigar de que forma Carta Capital critica o próprio fazer-midiático em prol da defesa de determinados argumentos.

⁸Acidente aéreo, ocorrido no dia 29/09/2006, ocasionado pelo choque entre um Boeing 737-800 da empresa Gol Transportes Aéreos e o jato executivo Embraer Legacy 600. A colisão ocorreu às 16:56 e causou a queda do Boeing de passageiros que levava 154 pessoas, das quais, nenhuma sobreviveu (ABRIL, 2006).



Uma característica importante a ser analisada no discurso da revista Carta Capital é o fato de que assim como outros meios de comunicação, os dois homens presos pela Polícia Federal, Valdebran Padilha e Gedimar Passos, são citados sempre como petistas ou ligados ao Partido dos Trabalhadores. Não é esclarecido em momento algum qual a profissão dos dois homens; tanto na Rede Globo quanto em Carta Capital, eles são citados como representantes do PT. A diferença no tratamento discursivo das duas mídias está no fato de que a Rede Globo teve uma postura de incriminação (segundo a revista), enquanto a revista Carta Capital buscou comprovar a inocência dos petistas.

Quando trata especificamente do Jornal Nacional, e da matéria veiculada sobre o caso do dossiê, a revista critica a seleção de fontes e o enquadramento dado pelo telejornal, enunciando “*outra omissão relevante na cobertura, que mostra o partido que a imprensa conservadora assumiu no caso, é o pouco destaque dado ao comportamento do procurador da República Mário Lúcio Avelar*”. Aqui, a matéria de Carta Capital aponta para a construção de um cenário político através das fontes escolhidas e das ações políticas divulgadas. A revista julga, ainda, o Jornal Nacional a partir do adjetivo de *mídia conservadora*, emitindo juízos de valor, o que demonstra mais uma vez a parcialidade adotada por Carta Capital nessa matéria. Desta forma, a revista apresenta uma construção discursiva baseada nos mesmos efeitos de sentido que critica: de parcialidade, adjetivação e defesa de argumentos em prol de um determinado cenário político (pró ou contra PT).

Baseando-se no que afirma Traquina (2001, p. 32), “*a luta política tem como palco central uma luta simbólica em torno da construção dos acontecimentos e das questões*”. Isso é perceptível se analisarmos a relação estabelecida entre a Rede Globo de Televisão e a revista Carta Capital. A revista, em busca da construção de um determinado cenário político nacional, coloca a disposição dos seus leitores uma reportagem, apresentando argumentos e pontos de vista em prol do candidato Lula e contra a Rede Globo.

Ao selecionar acontecimentos, personagens, avaliar e criticar idéias e comportamentos ou simplesmente transmitir notícias, a mídia termina configurando temas e hierarquizando questões ao mesmo tempo em que produz enquadramentos positivos e negativos. Esta capacidade de selecionar e enquadrar os acontecimentos e oferecer uma interpretação sobre eles expressa um poder de agenda capaz de potencialmente transformar a mídia, em determinados momentos, num influente e, às vezes, até no principal ator político como mostram os episódios que



resultaram no *impeachment* do presidente Nixon nos USA e de Fernando Collor de Mello no Brasil (AZEVEDO, 2001, p. 02).

A revista justamente seleciona fatos apresentados, avalia e critica a atuação da Rede Globo quando afirma que enquanto algumas mídias divulgaram a tragédia com o avião da Gol, o Jornal Nacional escolheu ignorar o fato para destacar o caso do dossiê. Carta Capital enuncia: *“Tanto o Estado como a Folha dividem a primeira página do dia 30 entre a notícia das fotos do dinheiro e uma outra informação espetacular: a da queda do Boeing de passageiros da Gol com 154 pessoas, depois de um choque com o Legacy da Embraer, o jatinho executivo a serviço de empresários americanos. No dia 29, no Jornal Nacional, da Globo, no entanto, não há espaço para mais nada: a tragédia do avião da Gol não entra; o noticiário eleitoral, com destaque para as fotos do dinheiro dos petistas, é praticamente o único assunto”*.

Cabe lembrar, ainda, quando um avião da TAM também se acidentou, em julho de 2007, a cobertura da Rede Globo para o assunto foi imediata e impactante. O que Carta Capital faz, então, é selecionar argumentos para defender a tese de que a Rede Globo não cobriu com a devida importância o acidente com o avião da Gol, enunciando: *“O Boeing partiu de Manaus às 13h35, hora de Brasília. Deveria ter chegado em Brasília às 18h12. Quando o JN começou, a notícia do desastre já corria mundo. Nos site Terra, por exemplo, às 20h10 uma extensa matéria já noticiava que o avião da Gol havia desaparecido nas imediações de São Félix do Araguaia, na floresta amazônica; e a causa apontada era o choque com o avião da Embraer”*.

A revista julga tanto a escolha da pauta pelo Jornal Nacional, quanto a forma de desenvolvê-la. Trata-se, portanto, da mídia falando dela mesma, e criticando seu próprio poder de selecionar os fatos a serem publicizados e a maneira como devem ser analisados pela sociedade.

Com relação às manifestações relacionadas à política, pode-se apontar para o seguinte trecho da reportagem *Os fatos ocultos*: *“é também justo ficar indignado com o baixo nível da política que se fundamenta no esforço de provar que o candidato adversário ou é ladrão ou está ligado a ladrões”*. Nesse trecho pode-se, novamente, questionar a imparcialidade na reportagem de Carta Capital, pois não é de se estranhar se, frente a denúncias de ligação de um candidato à presidência da República ou ocupante de qualquer outro cargo político com ladrões ou com a criminalidade, deva-se buscar - tanto através da política, quanto da justiça e da comunicação – o esclarecimento dos fatos. A isso chamamos foco no interesse público.



A revista procura comprovar de que forma a mídia pode fazer uso de sua capacidade e competência de gerir discursos sociais, para manipular o cenário político brasileiro. A revista argumenta: *“Mas do que os petistas do caso do dossiê são acusados? De comprar informações? Não, porque este não é um crime tipificado em lei. Porém, como não é a um crime, mas ao PT que se persegue, é preciso achar outro crime que os petistas possam ter cometido. Depois de ouvir o presidente do PT, Ricardo Berzoini, dizer que comprar dossiê não é crime, o jornal O Globo, dessa quinta, saiu exatamente à cata desses crimes. Encontrou advogados que lhe permitiram dizer: ‘há duas hipóteses de o episódio vir a configurar crime. A primeira, se for comprovada a origem ilícita do dinheiro apreendido com os petistas Gedimar Passos e Valdebran Padilha. Nesse caso, os envolvidos poderiam ser processados por crime de ocultação de valor proveniente de ilícito (...) A segunda possibilidade é a de o dossiê conter falsas provas, configurando crime eleitoral de obtenção de documento material ou ideologicamente falso, para fins eleitorais”*.

Neste último parágrafo, a revista esclarece que o problema está no fato de que os petistas foram presos mesmo não havendo provas para isso, e a mídia incriminou-os assim como a Polícia Federal. A revista continua argumentando sobre as acusações, afirmando que a mídia buscou formas de acusar os petistas, enquanto é dever dessa própria mídia investigar o caso e esclarecer o público, através da análise dos dois lados da notícia.

Na verdade, a revista Carta Capital utiliza-se da estrutura argumentativa para comprovar sua tese, da mesma forma que o fez o Jornal Nacional – e os outros meios de comunicação citados - para incriminar os petistas presos. Além disso, as críticas de Carta Capital não se limitam ao cenário político nacional e à reportagem apresentada pelo Jornal Nacional no dia 29 de novembro de 2006; a revista critica o próprio fazer-midiático, baseado no poder de agendamento das questões a serem discutidas socialmente e de angulação dessas publicizações em prol de determinados interesses políticos e econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista Carta Capital realizou uma análise do discurso utilizado pelo Jornal Nacional nas vésperas das eleições. Em nenhum momento da reportagem *Os fatos ocultos*, observa-se a possibilidade de culpa do Partido dos Trabalhadores ou dos



petistas presos, o que permite concluir que, em sua análise, a revista utilizou-se da mesma estrutura discursiva parcial que as mídias que critica, ainda que para defender uma tese oposta.

O fato de a revista ter publicado a reportagem dias antes do segundo turno das eleições presidenciais do Brasil, em 2006, explicita o que se afirma com relação ao discurso da revista: ela acusa um meio de comunicação fazendo uso do mesmo discurso e das mesmas estratégias utilizadas pelo meio criticado. A revista caracteriza o seu fazer-midiático tanto pela seleção de eventos, como pela análise deles.

A afirmação de que “*a mídia, em especial a Globo, omitiu informações cruciais na divulgação do dossiê e contribuiu para levar a disputa ao 2º turno*” pode até ser verdadeira – e não cabe aqui questionar sua veracidade. Mas, através dela, Carta Capital assume que enquanto mídia, assim como a Rede Globo de Televisão, também tem o poder de influenciar no resultado de processos eleitorais.

Além disso, o discurso de Carta Capital apresenta estratégias para construir determinados sentidos acerca da política, o que, de certa forma, constitui-se em uma crítica ao próprio fazer-midiático: trata-se da mídia criticando sua própria atuação social. A revista esclarece que, por meio do discurso dos meios de comunicação, é possível modificar um cenário político, evocando o poder que essa instância social tem frente à sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL. Editora Abril. 2006. Disponível em: <http://www.abril.com.br/>. Acesso em: 15 de março de 2008; 16:00.

AZEVEDO, Fernando. **Imprensa e cobertura eleitoral: Jornais paulistas e a eleição municipal de 2000.** Trabalho apresentado no X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPOS), Brasília/DF, 29 de maio a 1 de junho de 2001”. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Fernando2001.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

CASALI, Caroline. A imagem dos candidatos à presidência no discurso da Veja. Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), CCSH, Curso de Comunicação Social – Jornalismo, 2003.

FENAJ. Código de Ética do Jornalista Brasileiro. 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/>. Acesso em: 08 de março de 2008; 12:50.

MIOTTO, Gaspar Bianor. A ilusão da objetividade jornalística. In: **Sociais e Humanas**, Santa Maria, RS: Imprensa Universitária, v.6, n.1, dez/91.



PERUZZOLO, A. C. **Comunicação e Prática Política**. Série documentos para discussão do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria: Imp. Universitária, 1997.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XXI**. São Leopoldo: Unisinos, 2001 (p. 33-35).

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 1987 (p. 18-20).